

**PROCESSO** - A. I. Nº 269130.0038/18-9  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUÁRIA LTDA.  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 4ª JJF nº 0051-04/21-VD  
**ORIGEM** - IFEP SUL  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET: 09/09/2021

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO C.J.F. Nº 0219-12/21-VD

**EMENTA:** ICMS. DIFERENÇA ENTRE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MATERIAIS PARA USO OU CONSUMO. FALTA DE PAGAMENTO. EXIGÊNCIA DO TRIBUTO. Resultou demonstrado, que os valores lançados a débito pelo sujeito passivo, em sua escrituração fiscal digital, Registro E-111, a título de diferença de alíquotas, não foram considerados no levantamento fiscal, reduzindo consideravelmente a autuação. Demais parcelas remanescentes, foram elididas parcialmente pelo autuado. Acusação subsistente em parte. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício, previsto no art. 169, I, “a” do RPAF/BA, apresentado em relação à Decisão recorrida do presente Auto de Infração em referência, lavrado em 18/12/2018, com ciência pelo autuado em 02/01/2019, através de DTE – Domicílio Tributário Eletrônico, para reclamar crédito tributário no montante de R\$519.131,19, mais multa de 60%, com previsão no Art. 42, inciso II, alínea “f” da Lei nº 7.014/96, em decorrência da seguinte acusação: *“Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras unidades da Federação e destinadas a consumo do estabelecimento”*.

O autuado, por intermédio de seu Procurador regularmente nomeado, conforme instrumento de fl. 34, ingressou com Impugnação ao lançamento, fls. 17 a 20. A autuante apresentou Informação Fiscal conforme fls. 43 a 53. O autuado faz manifestação às fls. 58 e 59. Já nas fls. 62 a 65, a autuante apresentou a *“segunda informação fiscal”*. A Junta julgadora proferiu pela Procedência Parcial do Auto de Infração no seguinte voto condutor:

*O Auto de Infração em tela, foi expedido para reclamar crédito tributário no montante de R\$519.131,19, mais multa de 60%, com previsão no Art. 42, inciso II, alínea “f” da Lei nº 7.014/96, em decorrência da seguinte acusação: “Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras unidades da Federação e destinadas a consumo do estabelecimento”.*

*Em sua defesa, houveram dois questionamentos de fundo apresentados pelo autuado: que a autuante considerou para efeito de lançamento a data da emissão do documento fiscal, ao invés de considerar a data efetiva da entrada da mercadoria em seu estabelecimento, e, também, que não foram considerados pela autuante os valores lançados a débito do Registro E111, relativamente o ICMS DIFAL debitado mensalmente.*

*Questionou ainda, que a autuante seccionou a apuração em dois autos de infração, sendo este relacionado a DIFAL incidente sobre as aquisições direcionadas ao uso ou consumo próprio pelo estabelecimento, e outro Auto de Infração, de nº 2691300037/18-2, relacionado à mesma irregularidade, no mesmo período, porém referente as aquisições de bens destinados ao seu Ativo Fixo, no montante de R\$219.342,99.*

*Neste sentido, pontuou o entendimento de que não deveria ter sido lavrados dois autos de infração para o mesmo tipo de suposta irregularidade, na medida em que sua apuração mensal se dava conjuntamente, ou seja, calculava os valores devidos a título de DIFAL, tanto nas aquisições de materiais para uso ou consumo próprio, quanto pelas aquisições de bens para o Ativo Imobilizado, cujo total apurado era debitado conjuntamente em seu livro de apuração do ICMS, Registro E111.*

*Desta forma, demonstrou que no período autuado, lançou a débito de DIFAL (materiais de consumo e Ativo*

Fixo, **conjuntamente**), o montante de R\$899.938,72, enquanto a autuante reclamou o total de R\$738.474,88, sendo R\$519.131,89, referente a materiais de consumo, para o presente Auto de Infração, e R\$219.342,49, para o outro acima citado, referente às aquisições de Ativo Fixo.

Quanto da Informação Fiscal, a autuante concordou com o argumento defensivo de que não considerou, de forma dedutiva, os valores lançados pelo autuado através do Registro E-111 ao assim se posicionar: “**procede** a queixa de que a auditoria não considerou os lançamentos exibidos no registro E111”, apresentando tabelas com a justificativa de que “**desenvolvendo os possíveis cenários, ou seja, o presente processo, o auto de infração 269130.0037/18-2 referente ao DIFAL de ativo imobilizado e, como sugere o contribuinte, a totalização do DIFAL independente de ser de uso e consumo ou imobilizado**”.

Com esse procedimento, apresentou à fl. 47 dois demonstrativos, um contendo o comparativo entre o registro E111 e a cobrança de DIFAL a título de material para uso ou consumo próprio, apontando um saldo a recolher na quantia de R\$229.186,15 e outro comparando a DIFAL exigida no A. I. nº 2691300037/18-2, com o registro no E111, indicando um valor a recolher na ordem de R\$217.578,99.

Em seguida, à fl. 48, apresentou um quadro comparativo entre a cobrança realizada a título de DIFAL nos dois autos de infração, confrontando-os com os lançamentos efetuados no Registro E111, apontando, ao final, que houve um recolhimento a maior pelo contribuinte na ordem de R\$21.259,82, situação está, onde o autuado, através da sua manifestação, afirmou que a autuante ratificou seu pedido de improcedência do Auto de Infração.

Quando da sua segunda Informação Fiscal, a autuante apresentou um novo demonstrativo de débito, onde aponta um valor residual devido na ordem de R\$178.404,24, sendo R\$3.885,54 para o mês de set/16, R\$1.554,18 e R\$76.313,19 para o mês de abr/17, R\$4.929,42 e R\$91.721,87 para o mês de mai/17.

Em relação a este segundo pronunciamento da autuante, o representante legal se insurgiu, quando presente à sessão de julgamento realizada no dia 30/03/2021, para fim de sustentação oral, apontando inconsistências no demonstrativo realizado pela autuante para efeito da exigência do valor remanescente acima indicado, oportunidade em que apresentou um demonstrativo consignando o valor do débito residual que reconhece como devido na quantia de R\$6.303,07.

Feitas estas considerações passo a decidir.

Conforme se observa acima, após a segunda informação fiscal a autuante reduziu o valor originalmente lançado na ordem de R\$519.131,19, para R\$178.404,24, à luz do constante à fl. 65 dos autos. Desta maneira, a lide se resume, neste momento, apenas sobre o citado valor residual, o qual traduz uma questão eminentemente fática, e sobre o qual passo a me posicionar.

Registro, por oportuno, que na condição em que se encontra este processo, não vejo necessidade do seu julgamento ser realizado conjuntamente com o Auto de Infração nº 2691300037/18-2, considerando os diversos demonstrativos encartados aos autos, que, ao meu ver, permitem que os processos sejam julgados separadamente.

Desta forma, passo a me pronunciar a respeito dos valores considerados remanescentes pela autuante, os quais totalizam o débito na ordem de R\$178.404,24, conforme quadro apresentado pela mesma, já transcrito.

De início, concordo com o autuado que o demonstrativo elaborado pela autuada é inconsistente, além de indicar exigências em duplicidade para os meses de abril e maio/17, inclusive com menção de exigência para o mês de maio com linha em branco, sem mencionar a que se refere.

Assim é que, em relação ao valor de R\$3.885,54, referente ao mês de setembro/16, entendo que procede o argumento defensivo. Isto porque, analisando as notas fiscais que deram origem a este lançamento, fl. 13, se verifica que apesar de emitidas em 20/09, 29/09 e 30/09, originárias de fornecedores localizados no Estado de São Paulo, tais aquisições sob o ponto de vista fiscal só ingressaram no estabelecimento do autuado em 01/11/2016 consoante se constata através da sua EFD, livro Registro de Entradas, fl. 21.

Considerando que não há qualquer prova em contrário nos autos relacionada ao efetivo recebimento das mercadorias, fato este, aliás, reconhecido pela própria autuante, que sugeriu que fosse cobrado apenas multa e acréscimos moratórios, o que não é possível, visto que além de não existir prova em contrário a data do efetivo ingresso da mercadoria no estabelecimento do autuado, estar-se-ia alterando a acusação, o que não é possível, razão pela qual considero insubsistente a exigência no valor de R\$3.885,54, referente ao mês de setembro/16.

Em relação ao mês de abril/17, a autuante indicou dois valores residuais: R\$1.554,18 e R\$76.313,19.

Quanto ao valor de R\$1.554,18, vejo que o mesmo deve ser mantido pois há um reconhecimento explícito deste pelo autuado, através do demonstrativo do débito que admitiu, acima posto. Ou seja, foi lançado o valor de R\$34.355,05, enquanto que, para este mês, foi debitado na EFD pelo autuado, Registro E111, a quantia de R\$32.800,87, resultando, daí a diferença exigida, com o que concordo.

No que diz respeito ao valor de R\$76.313,19, constante no demonstrativo de débito da lavra da autuante, como

*sendo também para o mês de abril/17, não se sustenta. Isto porque este valor se refere a “estorno de débito de devolução de uso e consumo”, o que não consta na EFD de fl. 28, existindo, apenas, a título de estorno de débito a quantia de R\$237,82.*

*Adiante, vejo que no mês de maio/17, originalmente foi lançada a quantia R\$76.551,01, a qual, de acordo com o demonstrativo à fl. 65, da lavra da autuante, foi reduzida para R\$4.929,42, a título de difal, enquanto que o valor de R\$91.721,87, indicado como sendo do mês de maio/17, sem citar a que se refere, de acordo com o lançamento inicial se refere ao mês de agosto/17.*

*Assim é que, de acordo com o constante à fl. 47, para chegar ao valor acima de R\$4.929,42 a autuante partiu do valor de R\$73.620,57, considerado como lançado no Registro E111, do qual deduziu a quantia de R\$78.549,99, que se refere ao valor exigido no mês de junho/17, enquanto que o lançado referente ao mês de maio/17, foi na ordem de R\$76.551,01.*

*Com isso, não há como se considerar como devido o valor residual de R\$4.929,42, indicado pela autuante, enquanto que o valor de R\$91.721,47, originalmente lançado como sendo do mês de agosto/17, não pode ser considerado como devido no mês de maio/17.*

*Desta maneira, não subsiste o valor indicado pela autuante na ordem de R\$4.929,42, para o mês de maio/17, na medida em que a autuante considerou, para efeito de comparação, valores concernentes ao mês de maio com o exigido no mês de junho, remanescendo, pois, como devido para o mês de maio/17, o valor de R\$3.251,79, com o que, concordo.*

*Consta também, exigência residual no valor de R\$91.721,87, como sendo para o mês de maio/17, em linha em branco, sem qualquer menção ao que se refere, entretanto, tal valor corresponde ao lançamento efetuado originalmente para o mês de agosto/17.*

*Considerando que no mês de agosto/17, o autuado lançou a débito da sua EFD a quantia de R\$205.594,82, superior, portanto, ao valor autuado, não pode remanescer a exigência deste valor.*

*Por fim, e apesar da autuante não indicar débito remanescente para os meses de junho/17 e novembro/17, o autuado confessou um débito remanescente na ordem de R\$940,47 e R\$556,63, respectivamente, para estes meses, valores estes que deverão ser mantidos.*

*Isto posto, e levando em consideração que em relação aos demais meses constantes da autuação, ou sejam, novembro/16, no valor de R\$92.453,49, março/17, no valor de R\$65.081,06, junho/17 no valor de R\$78.549,99, agosto/17 no valor R\$91.721,87, novembro/17 no valor de R\$25.751,93 e dezembro/17 no valor de R\$50.781,91, foram todos excluídos da autuação pela própria autuante, de acordo com o demonstrativo constante à fl. 65, voto pela Procedência Parcial do presente Auto de Infração, no valor de R\$6.303,07, com a seguinte configuração: abril/17 R\$1.554,18, maio/17 R\$3.251,79, junho/17 R\$940,47 e novembro/17 R\$556,63.*

A JJF recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras de Julgamento do CONSEF, devido a desoneração igual ou superior a R\$200.000,00, nos termos do art. 169, I, “a” do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 18.558/18, com efeitos a partir de 17/08/18.

Registro a presença na sessão de julgamento do representante do Autuado que efetuou a sustentação oral, Sr. Anselmo Leite Brum.

É o relatório.

## **VOTO**

Observe que a decisão da 4ª JJF (Acordão nº 0051-04/21-VD), desonerou parcialmente o sujeito passivo, reduzindo o crédito tributário de R\$ 935.436,01, para o montante de R\$ 11.330,90 (data do julgamento - fls. 83), fato este, que justifica a remessa necessária do presente feito para reapreciação nesta corte, sendo cabível, portanto, o presente Recurso de Ofício.

Constato que no auto de infração, o sujeito passivo foi acusado de deixar de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras Unidades da Federação, destinadas a consumo do estabelecimento, nos exercícios 2016 e 2017, com valor histórico de R\$ 519.131,89, mais multa de 60%.

Verifico, que em sede de defesa, sob as fls.17 a 20, a autuada suscitou alguns questionamentos:

a) Que a autuante considerou para efeito de lançamento a data da emissão do documento fiscal, e

não considerou a data efetiva da entrada da mercadoria em seu estabelecimento, bem como, não foram considerados os valores lançados a débito do Registro E111, relativamente o ICMS DIFAL debitado mensalmente.

- b) Que a autuante separou a apuração em dois autos de infração, sendo este relacionado a DIFAL incidente sobre as aquisições direcionadas ao uso ou consumo próprio pelo estabelecimento, e outro Auto de Infração, de nº 2691300037/18-2, relacionado à mesma irregularidade, no mesmo período, porém, referente às aquisições de bens destinados ao seu Ativo Fixo, no montante de R\$219.342,99.

Constato, que em sede de informação fiscal, sob as fls.43 a 48, a autuante acatou em parte os argumentos defensivos, informado que não considerou de forma dedutiva os valores lançados pela autuada através do Registro E-111.

Verifica-se, que a autuante apresentou sob as fls. 47, dois demonstrativos, um contendo o comparativo entre o registro *E111* e a cobrança de DIFAL, a título de material para uso ou consumo próprio, exigindo um saldo a recolher na quantia de R\$229.186,15, e outro comparando a DIFAL exigida no Auto de Infração nº 2691300037/18-2, com o registro no E111, indicando um valor a recolher na ordem de R\$217.578,99.

Verifica-se ainda sob as fls. 46 a 48, que a autuante concluiu que tem procedência a queixa do sujeito passivo, pois a auditoria não considerou os lançamentos no Registro E111, apresentou aos autos do processo, tabelas com prováveis cenários, ou seja, no presente processo o PAF 269130.0037/18-2, referente ao DIFAL de Ativo imobilizado e a totalização do DIFAL, independentemente de ser de uso e consumo ou imobilizado.

Observe, que em conclusão, a autuante alegou que na falta de novos elementos que modifiquem seu entendimento, pugnou pela manutenção do Auto de Infração no valor de R\$178.404,24, de acordo com o quadro apresentado na Informação Fiscal, cuja situação foi analisada no julgamento de piso, onde foram comprovadas que inúmeras falhas. De forma correta, a imputação foi julgada procedente em parte, tendo em vista que a Junta de julgamento Fiscal:

- 1- percebeu que após análise nos diversos demonstrativos juntados aos autos do processo, poderia julgar os processos em separado, no que se diz respeito ao PAF 269130.0037/18-2.
- 2- verificou que o demonstrativo elaborado pela autuante era inconsistente, exigindo a cobrança em duplicidade para os meses de 04 e 05/2017, inclusive sem mencionar a que se referia a exigência do mês 05/2017.
- 3- constatou, após análise dos demonstrativos acostados aos autos do processo, equívocos nos lançamentos pela autuante no que diz respeito;
  - a. que no mês 09/2016, o valor de R\$ 3.885,58, referente às notas fiscais das mercadorias emitidas em 20/09, 29/09/ e 30/09, originárias do Estado de São Paulo, restou comprovado os seus registros nos arquivos EFD, e consequentemente no Livro de Registro de Entradas sob as fls. 21, em 01/11/2016.
  - b. que no mês 04/2017 diz respeito ao valor de R\$76.313,19, constante no demonstrativo de débito da lavra da autuante, não se sustentou. Esta exigência se refere a “estorno de débito de devolução de uso e consumo”, o que não consta na EFD de fl. 28, existindo apenas, a título de estono de débito, a quantia de R\$237,82.
  - c. que no mês de 05/2017, a autuante indicou inicialmente e lançou o valor de R\$ 76.551,01, verifco que no demonstrativo da autuante sob as fls. 65, reduziu para R\$ 4.929,42, a título de DIFAL, que após análise a JJF julgou insubsistente.
  - d. que ainda, no mês 05/2017, consta uma exigência residual no valor de R\$91.721,87, em linha em branco, sem qualquer menção ao que se refere, entretanto, verifica-se que tal valor corresponde ao lançamento efetuado originalmente para o mês de agosto/17.

- e. considerando que no mês de agosto/17, o autuado lançou a débito da sua EFD a quantia de R\$205.594,82, superior, portanto, ao valor autuado, não pode remanescer a exigência deste valor.

Por fim a JJF julgou procedente em parte a imputação fiscal no valor de R\$ 6.303,07, sendo:

OCORRENCIA	VENCIMENTO	VALOR	MULTA
30/04/2017	09.05/2017	1.554,18	60%
31/05/2017	09.06/2017	3.251,79	60%
30/06/2017	09.07/2017	940,47	60%
30/11/2017	09.12/2017	556,63	60%
<b>TOTAL</b>		<b>6.303,07</b>	

Diante do exposto, após análise dos autos, concluo pela manutenção integral da decisão de piso, que julgou o presente Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE.

Por tudo quanto foi exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

### RESOLUÇÃO

ACORDÃO os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal, do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e manter a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **269130.0038/18-9**, lavrado contra **BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUÁRIA LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$6.303,07**, acrescido da multa de 60%, com previsão no Art. 42, II, “f” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 26 de julho de 2021.

MAURÍCIO SOUZA PASSOS - PRESIDENTE

ANTÔNIO DIJALMA LEMOS BARRETO - RELATOR

RAIMUNDO LUIZ DE ANDRADE - REPR. DA PGE/PROFIS